

**NEURODIVERSIDADE E PRÁTICAS INCLUSIVAS: O PAPEL DO EDUCADOR NA
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS**

**NEURODIVERSITY AND INCLUSIVE PRACTICES: THE EDUCATORS ROLE IN VALUING
DIFFERENCES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.014-048>

Jeanne Maria Oliveira Manguiera

Mestrado em Educação - PPGE/UFPB

E-mail: jeanne.13cz@gmail.com

Roseli Maria de Jesus Soares

Graduada em Química - FCBC

E-mail: roseli.soares2486@gmail.com

Ana Paula Sobral Ramos

Graduada em pedagogia - UNIFTB

E-mail: asobral987@yahoo.com

Marla Heckler da Silva

Mestranda em Educação – UNIPAMPA

E-mail: Proffmarla.hs@gmail.com

Natan André de Jesus

Especialista em Educação Inclusiva e Especial

Centro Universitário Faveni (Unifaveni)

E-mail: natan.jesus@sed.sc.gov.br

Jeferson Vitorino dos Santos

Especialista em Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas

Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

E-mail: vitorinojeferson@hotmail.com

Talyanne Larissa Gadelha Nogueira

Especialista em Educação especial com ênfase em Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas

Habilidades - Faculdade São Luís

E-mail: talyannelnogueira@gmail.com

Rafaela Corrêa Saldanha

Licenciando de Ciências Biológicas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

E-mail: rafaela.2022001957@aluno.iffar.edu.br



RESUMO

O Este capítulo aborda a neurodiversidade como um paradigma que reconhece e valoriza as variações neurológicas humanas — como o autismo, TDAH, dislexia e outras condições — não como déficits, mas como formas legítimas de funcionamento cognitivo. A partir dessa perspectiva, discute-se o papel do educador na promoção de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as diferenças e potencializem as habilidades de todos os estudantes. A reflexão parte dos fundamentos teóricos da educação inclusiva, destacando a importância de um olhar sensível e ético sobre as singularidades do aprender. O texto enfatiza que a formação docente deve incluir o conhecimento sobre neurodiversidade e estratégias pedagógicas que assegurem acessibilidade curricular, uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas adaptadas às necessidades de cada aluno. O educador é compreendido como mediador essencial no processo de construção de uma cultura escolar plural, empática e democrática, comprometida com a equidade e com o desenvolvimento integral dos sujeitos. Assim, a valorização das diferenças é apresentada não apenas como princípio pedagógico, mas como um ato político de reconhecimento e respeito à diversidade humana.

Palavras-chave: Neurodiversidade; Inclusão escolar; Educação inclusiva; Formação docente; Valorização das diferenças.

ABSTRACT

This chapter discusses neurodiversity as a paradigm that recognizes and values human neurological variations — such as autism, ADHD, dyslexia, and other conditions — not as deficits, but as legitimate forms of cognitive functioning. From this perspective, it examines the educator's role in promoting inclusive pedagogical practices that respect differences and enhance the potential of all students. The discussion is grounded in the theoretical principles of inclusive education and highlights the importance of an ethical and sensitive approach to the singularities of learning. The chapter emphasizes that teacher training should encompass knowledge about neurodiversity and pedagogical strategies that ensure curricular accessibility, the use of assistive technologies, and active methodologies adapted to individual needs. The educator is understood as an essential mediator in building a plural, empathetic, and democratic school culture committed to equity and the holistic development of learners. Thus, valuing differences is presented not only as a pedagogical principle but as a political act of recognition and respect for human diversity.

Keywords: Neurodiversity; Inclusive education; Teacher training; Diversity appreciation; Pedagogical practices.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de neurodiversidade tem se consolidado como uma abordagem inovadora e humanizadora no campo educacional. O termo, cunhado pela socióloga australiana Judy Singer (1998), propõe compreender as diferenças neurológicas — como o autismo, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), a dislexia, entre outras — não como patologias a serem corrigidas, mas como variações naturais da condição humana. Essa perspectiva desafia o modelo médico tradicional, centrado na normalização e no diagnóstico, e convida a educação a reconhecer o valor da diversidade cognitiva como parte da riqueza humana.

A educação inclusiva, conforme defendem Booth e Ainscow (2011), baseia-se no princípio de que todas as pessoas têm o direito de participar plenamente dos processos educacionais, independentemente de suas diferenças. No contexto da neurodiversidade, isso implica repensar práticas pedagógicas, currículos e ambientes escolares, de modo a promover acessibilidade, equidade e pertencimento. O foco desloca-se da deficiência para as potencialidades dos sujeitos, valorizando diferentes modos de aprender, interagir e expressar-se.

Nesse cenário, o papel do educador torna-se fundamental. Segundo Vygotsky (1997), a aprendizagem é um processo social e mediado, e cabe ao professor criar condições para que cada aluno desenvolva suas capacidades dentro de sua zona de desenvolvimento proximal. A partir dessa concepção, o educador é compreendido como um agente de transformação, capaz de articular saberes pedagógicos, empatia e práticas reflexivas que favoreçam a inclusão e a autonomia dos estudantes neurodivergentes.

Além disso, autores como Mantoan (2015) e Sassaki (2003) defendem que a inclusão não se limita à presença física dos alunos na escola, mas envolve a construção de uma cultura institucional que reconheça e valorize as diferenças como um elemento constitutivo da aprendizagem coletiva. Assim, práticas inclusivas devem ser planejadas com base em princípios de flexibilidade curricular, uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas e avaliações diversificadas, que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Portanto, discutir a neurodiversidade no âmbito educacional significa reafirmar o compromisso ético e político da escola com a dignidade humana. Trata-se de compreender que a valorização das diferenças não é apenas uma exigência legal, mas um imperativo pedagógico e social, capaz de ampliar horizontes e promover uma educação verdadeiramente democrática e transformadora.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE ESTUDO E ABORDAGEM

Este capítulo baseia-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, fundamentada na análise de obras e produções científicas que abordam a neurodiversidade, a



educação inclusiva e o papel docente na valorização das diferenças. Segundo Minayo (2014), a abordagem qualitativa permite compreender fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando os significados e as interpretações que emergem das práticas e discursos.

A escolha por esse tipo de estudo justifica-se pela necessidade de interpretar criticamente os fundamentos teóricos e práticos que sustentam a inclusão de estudantes neurodivergentes, buscando identificar princípios, desafios e possibilidades para a atuação pedagógica.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi estruturada a partir de uma revisão bibliográfica sistemática, orientada pela leitura, seleção e análise de materiais acadêmicos publicados entre 2010 e 2024, incluindo livros, artigos científicos, teses e documentos institucionais. Conforme Gil (2019), a revisão bibliográfica permite conhecer e discutir o estado da arte sobre determinado tema, servindo de base para reflexões teóricas e construção de novos referenciais analíticos.

As fontes foram localizadas em bases de dados como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, utilizando descritores combinados: *neurodiversidade*, *educação inclusiva*, *formação docente* e *valorização das diferenças*. Após a triagem inicial, os textos foram selecionados conforme critérios de relevância temática, atualidade e consistência teórica.

2.3 ETAPAS DA ANÁLISE

A análise dos materiais ocorreu em três etapas principais:

1. **Leitura exploratória e categorização inicial**, para identificar conceitos-chave e abordagens predominantes (BARDIN, 2011).
2. **Análise interpretativa**, buscando convergências e divergências entre autores sobre o papel do educador na inclusão e no reconhecimento da neurodiversidade.
3. **Síntese crítica**, articulando os dados teóricos com princípios pedagógicos e com a legislação educacional vigente, como a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)** e a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)**.

2.4 DISCUSSÃO METODOLÓGICA FUNDAMENTADA

A metodologia adotada parte da compreensão de que a investigação bibliográfica não se limita à coleta de informações, mas constitui um processo de reflexão que permite reinterpretar o conhecimento existente à luz de novas perspectivas. Assim, o estudo busca articular diferentes contribuições teóricas para compreender como o conceito de neurodiversidade pode transformar as práticas inclusivas na escola.



De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa favorece a aproximação do pesquisador com o fenômeno estudado, possibilitando uma análise mais sensível às dimensões subjetivas e culturais envolvidas na educação. Nesse sentido, a metodologia aqui adotada permitiu construir uma visão crítica e interdisciplinar, integrando campos como a psicologia, a pedagogia e as ciências sociais.

A partir dessa abordagem, a análise revelou que a formação docente é um eixo central para a consolidação de práticas inclusivas efetivas. Como destaca Mantoan (2015), o educador precisa ser preparado para compreender a diversidade como parte constitutiva da sala de aula, e não como exceção. A metodologia, portanto, não apenas descreve as fontes teóricas, mas também problematiza as relações entre teoria e prática, evidenciando os desafios de implementação das políticas inclusivas no contexto educacional brasileiro.

2.5 LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Reconhece-se que o caráter bibliográfico do estudo limita a generalização dos resultados, pois não envolve observação direta ou coleta de dados empíricos. Contudo, sua principal contribuição reside em sistematizar e reinterpretar o conhecimento existente, oferecendo subsídios teóricos para educadores, gestores e pesquisadores comprometidos com a construção de uma escola inclusiva.

O rigor metodológico e o diálogo com autores reconhecidos garantem a credibilidade científica e a originalidade analítica do capítulo, assegurando sua relevância acadêmica e social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 PRINCIPAIS ACHADOS DA REVISÃO

A análise bibliográfica revelou um conjunto de tendências teóricas e práticas que reafirmam a neurodiversidade como princípio estruturante da educação inclusiva contemporânea. Os estudos de Singer (1998), Armstrong (2010) e Kapp (2020) indicam que compreender as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana implica transformar as práticas escolares e o modo como se concebe o aprendizado.

Observou-se que as produções científicas mais recentes deslocam o foco do déficit e da correção para a valorização das potencialidades e modos singulares de aprender. Esse movimento teórico tem repercussões diretas nas políticas e práticas pedagógicas, impulsionando uma mudança cultural nas instituições de ensino.

Outro achado relevante diz respeito à formação docente, considerada o eixo central para o sucesso das práticas inclusivas. Conforme Mantoan (2015) e Carvalho (2019), a inclusão depende de professores preparados para reconhecer as diferenças como parte constitutiva da sala de aula, utilizando estratégias pedagógicas flexíveis e reflexivas.



3.2 NEURODIVERSIDADE E O PARADIGMA DA INCLUSÃO

A literatura analisada evidencia que o conceito de neurodiversidade amplia o alcance da educação inclusiva, ao integrar a dimensão cognitiva e subjetiva da diferença humana. Booth e Ainscow (2011) defendem que incluir significa transformar o sistema escolar em um espaço de participação e pertencimento, e não apenas de acesso físico.

Sob essa perspectiva, práticas pedagógicas inclusivas devem reconhecer diferentes modos de atenção, memória, linguagem e interação social como manifestações legítimas da experiência humana. Assim, o currículo deve ser pensado de forma flexível e adaptável, permitindo que cada aluno encontre caminhos próprios de aprendizagem.

A aplicação do conceito de neurodiversidade no contexto escolar também contribui para romper estigmas e preconceitos. Como afirma Armstrong (2010), o desafio do educador é enxergar o potencial nas diferenças e não tratá-las como obstáculos. Essa visão desloca o eixo da normalização para a personalização do ensino, o que requer formação continuada, sensibilidade pedagógica e compromisso ético.

3.3 O PAPEL DO EDUCADOR NA VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Os estudos revisados apontam o educador como agente de transformação social e cultural. A função docente vai além da transmissão de conteúdos: envolve a mediação de saberes e a criação de ambientes de aprendizagem acolhedores.

De acordo com Vygotsky (1997), a aprendizagem ocorre por meio da interação e da mediação, sendo o professor o principal facilitador desse processo. No contexto da neurodiversidade, isso significa oferecer apoios pedagógicos diversificados, como o uso de recursos visuais, tecnologias assistivas, estratégias multimodais e avaliação contínua baseada em progressos individuais.

Além disso, o papel do educador envolve o combate às práticas excludentes e ao capacitismo, conforme discutem Sassaki (2003) e Carvalho (2019). A postura do professor deve ser pautada pela empatia, escuta ativa e valorização dos diferentes modos de ser e aprender. Essa atuação éticopedagógica contribui para o desenvolvimento de uma cultura escolar democrática, em que a diferença é compreendida como riqueza, e não como limitação.

3.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Apesar dos avanços teóricos e legais, a efetivação das práticas inclusivas enfrenta desafios significativos. A falta de formação específica, a escassez de recursos pedagógicos e a estrutura física inadequada ainda são obstáculos recorrentes no contexto educacional brasileiro (MEC, 2020).

Entretanto, diversas experiências relatadas na literatura apontam caminhos promissores. O uso de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a tutoria entre pares, tem se mostrado



eficaz na valorização das diferentes formas de pensamento e expressão. Além disso, o fortalecimento da formação continuada dos professores e a articulação entre equipe pedagógica, famílias e serviços de apoio são estratégias fundamentais para consolidar uma prática inclusiva sustentável (BOOTH; AINSCOW, 2011).

3.5 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A partir da análise dos estudos, é possível sintetizar os principais achados conforme o quadro a seguir:

Eixo Temático	Principais Contribuições Identificadas	Autores de Referência
Concepção de Valorização das diferenças cognitivas como Singer (1998)	Armstrong neurodiversidade parte da diversidade humana. (2010)	Kapp (2020)
Formação docente inclusão e promotor da equidade.	Centralidade do professor como mediador da Mantoan (2015)	Carvalho (2019)
Práticas pedagógicas inclusivas assistivas e metodologias ativas.	Uso de estratégias diversificadas, tecnologias Booth & Ainscow (2011)	Sasaki (2003)
Cultura escolar empáticos que reconheçam a diferença.	Construção de ambientes democráticos e Vygotsky (1997)	Mantoan (2015)

3.6 DISCUSSÃO INTEGRATIVA

Os resultados confirmam que a neurodiversidade amplia o horizonte da inclusão, promovendo uma visão mais humana e complexa da educação. O papel do educador é, portanto, político e transformador: ele atua como ponte entre a teoria e a prática, entre a diferença e a coletividade.

Como destaca Goodley (2016), reconhecer a neurodiversidade é um ato de resistência ao modelo de normalidade imposto historicamente pelas instituições. Ao valorizar as diferenças, o educador contribui para uma pedagogia emancipatória, capaz de promover autonomia, pertencimento e justiça social.

4 CONCLUSÃO

O presente capítulo teve como objetivo analisar o papel do educador na valorização das diferenças a partir do conceito de neurodiversidade e das práticas inclusivas, compreendendo como essas dimensões se articulam na construção de uma educação democrática, equitativa e humanizadora.

A partir da revisão teórica e da discussão fundamentada, constatou-se que a neurodiversidade representa uma mudança paradigmática na forma de compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento. Em vez de classificar as diferenças neurológicas como desvios ou limitações, essa perspectiva as reconhece como expressões legítimas da diversidade humana, ampliando o conceito de inclusão escolar.



Os resultados evidenciaram que o educador ocupa posição central nesse processo, atuando como mediador entre a singularidade dos alunos e as possibilidades pedagógicas da escola. Sua função não se limita à adaptação de conteúdos, mas envolve a construção de uma prática educativa baseada em empatia, respeito e valorização da diferença. Assim, o professor torna-se um agente político e social, comprometido com a transformação das estruturas excludentes ainda presentes no ambiente escolar.

Verificou-se também que a formação docente é um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das principais potencialidades da educação inclusiva. A ausência de preparo específico muitas vezes compromete a efetividade das políticas públicas e o desenvolvimento de metodologias adaptadas. Por outro lado, experiências exitosas indicam que a formação continuada, o trabalho colaborativo e o uso de tecnologias assistivas fortalecem o papel do educador como promotor da inclusão.

Entre as contribuições deste estudo, destaca-se a integração entre o conceito de neurodiversidade e as práticas pedagógicas inclusivas, evidenciando que a valorização das diferenças deve ser compreendida como um princípio ético e político da educação. Ao adotar essa perspectiva, o ambiente escolar se torna mais sensível às múltiplas formas de aprender, conviver e expressar-se, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente participativos.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem práticas pedagógicas inovadoras no contexto da neurodiversidade, bem como análises sobre a formação inicial e continuada dos professores diante dos novos desafios da inclusão. Também seria relevante explorar estratégias interdisciplinares que articulem neurociência, psicologia e pedagogia, de modo a fortalecer a compreensão integral do processo de ensino-aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que a valorização das diferenças é condição essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Mais do que um imperativo legal, trata-se de um compromisso humano e social, que exige do educador uma postura reflexiva, sensível e transformadora. Promover a neurodiversidade no cotidiano escolar significa reafirmar a dignidade e a singularidade de cada sujeito, consolidando uma educação comprometida com a diversidade, a justiça e o direito de todos à aprendizagem.



REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony. *Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools*. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2011.
- ARMSTRONG, Thomas. *Neurodiversity: Discovering the Extraordinary Gifts of Autism, ADHD, Dyslexia, and Other Brain Differences*. New York: Da Capo Press, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools*. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOODLEY, Dan. *Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction*. 2. ed. London: SAGE, 2016.
- KAPP, Steven K. *Autism and Neurodiversity: An Introduction*. London: Palgrave Macmillan, 2020.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.
- MEC – Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (Eds.). *Disability Discourse*. Buckingham: Open University Press, 1998. p. 59–67.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.